OPERAÇÃO LAVA JATO

MPF e doleiro Alberto Youssef assinam acordo de delação premiada

Doleiro preso em março na Operação Lava Jato se compromete a revelar detalhes do esquema de corrupção na Petrobras

» INAÊ MACHADO

O Ministério Público Federal (MPF) e o doleiro Alberto Youssef, apontado como um dos principais operadores do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato, assinaram na manhã desta quinta-feira (2) um acordo de delação premiada. O documento foi firmado após uma semana de negociações e prevê que Youssef revele tudo o que sabe sobre a lavagem de dinheiro e os desvios em contratos da Petrobras.

O acordo foi confirmado pelo advogado do doleiro, Antônio Figueiredo Basto, que, no entanto, não detalhou os termos em razão de cláusula de sigilo. "Confirmo que o acordo está assinado e definido, mas não posso revelar as condições por força do sigilo", declarou o criminalista. Segundo ele, a assinatura impede qualquer manifestação sobre os termos do pacto, para não prejudicar o cliente e a própria defesa.

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

Youssef (de camisa branca) conduzido por policiais federais para um depoimento

Com a delação, Youssef agora passará a prestar depoimentos a um grupo de procuradores da República e à Polícia Federal. A expectativa é que as oitivas tenham início ainda nesta quinta-feira e possam se estender por semanas. O acordo, entretanto, só terá validade definitiva após homologação judicial. Como há possibilidade de o doleiro citar políticos no esquema, a homologação deverá ocorrer no Supremo Tribunal Federal (STF), corte competente para julgar autoridades com foro privilegiado. Youssef é réu em cinco ações da Operação Lava Jato, respondendo por organização criminosa, corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Na iminência de uma pena que pode ultrapassar 50 anos de prisão, ele optou pela colaboração. A delação segue a mesma linha do acordo firmado pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que, após semanas de depoimentos, obteve o benefício da prisão domiciliar. A expectativa do MPF e da PF é que Youssef, apontado como o principal operador do esquema, esclareça detalhes da organização criminosa e aponte a conexão com políticos e empresas estatais. Estima-se que o doleiro devolva aos cofres públicos ao menos R$ 30 milhões somados a R$ 74 ilhões que Paulo Roberto Costa já se comprometeu a ressarcir, a recuperação de recursos pode chegar a R$ 104 milhões.

Este não é o primeiro acordo de delação de Youssef. O doleiro já havia firmado colaboração em outro caso, o escândalo do Banestado, esquema de evasão de divisas nos anos 1990. Preso em março deste ano, na primeira fase da Operação Lava Jato, ele volta agora a se valer do instituto para reduzir as penas que enfrenta.

O caso é conduzido pelo juiz federal Sérgio Moro, da 12ª Vara Federal Criminal do Paraná, que já havia dado aval para o início das tratativas.

A delação de Youssef é considerada peça-chave para o avanço das investigações sobre o maior escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras em toda a sua história.

O governo de Dilma Rousseff, em pleno ano eleitoral, nega qualquer conhecimento sobre as denúncias e sustenta que a Petrobras é vítima de ações criminosas isoladas, enquanto a oposição já usa o escândalo como principal arma contra o Palácio do Planalto. Apesar do desgaste, o pleito continua firme.

Cronologia //

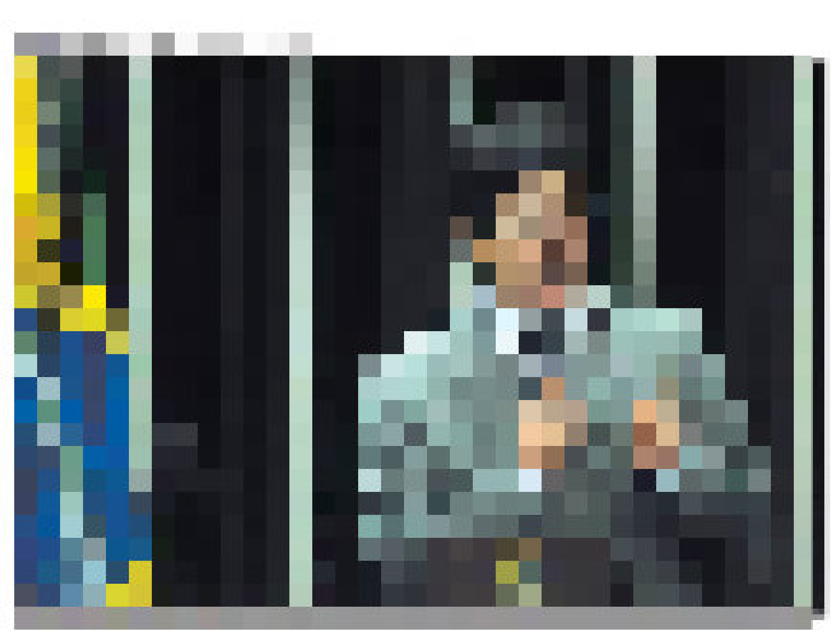
Saiba como US$ 42,5 milhões em investimentos da Petrobras se tornaram um prejuízo de US$ 1 bilhão e arsenal para a batalha eleitoral

2005
A refinaria Pasadena, localizada na cidade de mesmo nome no Texas, Estados Unidos, é arrematada por US$ 42,5 milhões pela belga Astra Oil.

2006
Dilma Rousseff, então presidente do conselho de administração da Petrobras, aprova a compra de metade da refinaria, por US$ 360 milhões.

2007
Os outros 50% do negócio são oferecidos pela Astra à estatal brasileira, que se recusa a pagar mais US$ 360 milhões, conforme manda o contrato.

2012
Após longa batalha judicial nos EUA, a Petrobras é obrigada a adquirir o restante do capital da refinaria, mas pelo valor reajustado de US$ 820 milhões.

2013
O Tribunal de Contas da União, o Ministério Público fluminense e a Polícia Federal iniciam investigação sobre suspeitas de irregularidades na operação.

2014
A presidente Dilma Rousseff admite na imprensa que foi induzida a erro e autorizou o negócio com base em documentos falhos técnica e juridicamente.